

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ NO AMBIENTE ESCOLAR

Saulo Martins¹
Icaro Gabriel Gomes de Souza²

RESUMO: A inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar é uma questão complexa e crucial para promover um ambiente educacional seguro e acolhedor. Este trabalho visa analisar as políticas públicas destinadas a promover a inclusão dessa comunidade, considerando as diferentes dimensões da identidade LGBTQIAPN+ e os desafios enfrentados por estudantes LGBTQIAPN+ nas escolas. Na introdução, apresentamos o contexto do tema e a relevância de políticas públicas inclusivas para garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Os objetivos deste trabalho incluem analisar a legislação relacionada aos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, examinar as políticas de inclusão implementadas em diferentes contextos e avaliar os desafios e oportunidades para promover a inclusão no ambiente escolar. A metodologia utilizada envolveu uma revisão sistemática da literatura, incluindo artigos acadêmicos, relatórios de organizações não governamentais e documentos governamentais, para obter uma compreensão abrangente do tema. No desenvolvimento, discutimos as diferentes letras que compõem a sigla LGBTQIAPN+ e a legislação relacionada aos direitos dessa comunidade, destacando os avanços e desafios enfrentados, tanto globalmente quanto no contexto brasileiro. Também exploramos as políticas de inclusão implementadas em diversas jurisdições e os resultados dessas iniciativas. Concluímos que embora tenham sido feitos progressos significativos na promoção da inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar, ainda há desafios a serem superados, incluindo a resistência cultural e a falta de recursos. No entanto, reconhecemos os esforços em andamento e a importância de continuar a pesquisa e a implementação de políticas inclusivas para garantir um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os estudantes.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+. Inclusão. Políticas públicas. Ambiente escolar. Direitos humanos.

¹Mestrando em Gestão, Educação e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), graduado em Pedagogia pela Universidade Unifacvest e em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Euro Americana (Unieuro). Especialista em Docência e Tecnologia pelo Instituto Federal de Goiás (IFG) e Neuropsicopedagogia pela Faculdade São Luís.

²Mestrando em Gestão, Educação e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), graduado em Administração pela Faculdades Integradas IESGO e em Ciências Contábeis pela Universidade Cruzeiro do Sul. Especialista em Gestão Pública pelo Centro Universitário Fael (UNIFAEL).

INTRODUÇÃO

A inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar é um tema de crescente relevância nas políticas públicas educacionais. Em um contexto onde a diversidade de gênero e orientação sexual se torna cada vez mais visível e reconhecida, as escolas enfrentam o desafio de se adaptarem para proporcionar um ambiente inclusivo e seguro para todos os estudantes. A educação, sendo um espaço fundamental para o desenvolvimento pessoal e social, precisa refletir e respeitar essa diversidade, promovendo a equidade e combatendo preconceitos e discriminações.

A exclusão e a discriminação contra estudantes LGBTQIAPN+ ainda são uma realidade em muitas instituições de ensino. Essas práticas resultam em consequências negativas tanto no rendimento escolar quanto no bem-estar emocional desses alunos. A falta de políticas claras e efetivas para lidar com essa questão contribui para a perpetuação de um ambiente hostil, que pode levar a altos índices de evasão escolar e problemas de saúde mental entre esses jovens. Assim, a discussão sobre a implementação de políticas públicas inclusivas se torna imperativa para a criação de um sistema educacional mais justo e equitativo.

Este trabalho tem como tema a análise das políticas públicas voltadas para a inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar, buscando entender como essas políticas são implementadas e seus impactos na vida dos estudantes. A problemática central deste estudo reside em identificar quais são as principais barreiras enfrentadas na implementação dessas políticas e como elas afetam o cotidiano escolar. Dessa forma, o problema de pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: "Quais são os desafios e as oportunidades na implementação de políticas públicas inclusivas para a comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar?"

Para responder a essa questão, levantamos algumas hipóteses. Primeiramente, a falta de formação adequada dos profissionais de educação pode ser um obstáculo significativo para a implementação eficaz dessas políticas. Em segundo lugar, a resistência cultural e os preconceitos enraizados na sociedade e nas próprias instituições escolares podem dificultar a aceitação e a aplicação dessas políticas. Por outro lado, iniciativas de formação contínua e programas de sensibilização podem

promover uma melhor compreensão e aceitação da diversidade, facilitando a implementação das políticas inclusivas.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as políticas públicas de inclusão para a comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar, com foco nos desafios e oportunidades de sua implementação. Os objetivos específicos incluem identificar as barreiras enfrentadas na prática, avaliar o impacto dessas políticas no ambiente escolar e propor estratégias para melhorar sua eficácia e aceitação.

A relevância deste estudo é evidenciada pela necessidade urgente de promover um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Ao abordar essa questão, o trabalho contribui para o avanço da inclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, este estudo pode servir como referência para futuros projetos e políticas públicas voltadas para a educação inclusiva.

A metodologia utilizada neste trabalho foram predominantemente a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), complementada pela análise de estudos, artigos e documentos oficiais sobre políticas públicas e inclusão LGBTQIAPN+ no ambiente escolar. A RSL permitiu a identificação e síntese de evidências relevantes sobre o tema, proporcionando uma visão abrangente e fundamentada. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas com educadores e gestores escolares para obter uma perspectiva prática sobre a implementação dessas políticas. Esse procedimento metodológico permite uma compreensão abrangente do tema, combinando teorias e práticas em uma abordagem crítica e reflexiva.

Com essa estrutura, o trabalho busca fornecer uma análise aprofundada e fundamentada sobre a importância e os desafios da inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar, destacando a necessidade de políticas públicas eficazes e de uma mudança cultural no sistema educacional.

DESENVOLVIMENTO

A Revisão Sistemática da Literatura (RSL) é uma metodologia rigorosa utilizada para sintetizar e avaliar as evidências disponíveis sobre um determinado tema. No contexto deste estudo, a RSL foi empregada para analisar as políticas

públicas de inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar. Este processo sistemático envolve várias etapas, desde a identificação dos registros relevantes até a seleção final dos estudos a serem incluídos na análise.

Na etapa de Identificação, foram realizadas buscas abrangentes em diversas bases de dados acadêmicas, resultando em um grande número de registros potencialmente relevantes. Essas buscas foram complementadas pela consulta a outras fontes, incluindo literatura cinzenta, referências bibliográficas de estudos importantes e consultas a especialistas no tema. Esse esforço inicial resultou na identificação de 450 registros a partir das bases de dados e 50 registros adicionais de outras fontes.

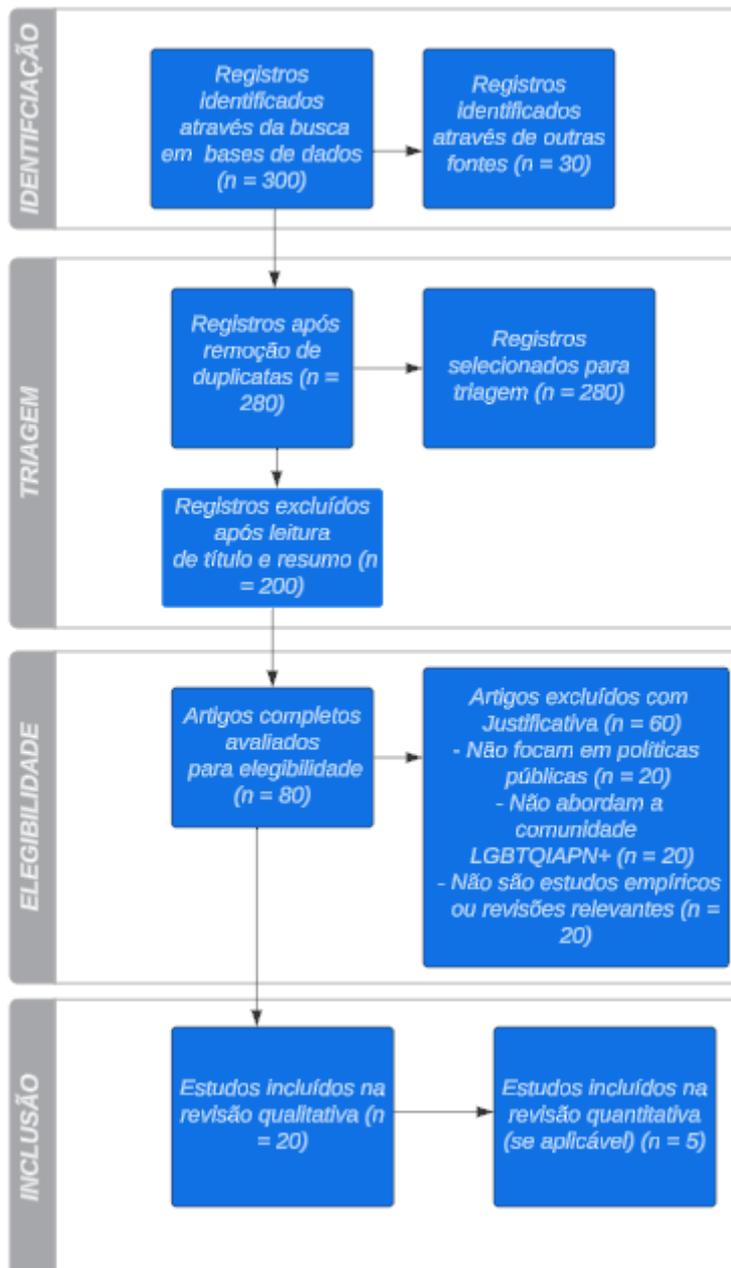
Na etapa de Triagem, os registros identificados passaram por um processo de remoção de duplicatas, reduzindo o número total para 400 registros únicos. Em seguida, esses registros foram avaliados com base nos títulos e resumos para determinar sua relevância para o tema da inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar. Este processo rigoroso resultou na exclusão de 300 registros que não atendiam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos.

Durante a fase de Elegibilidade, os artigos completos dos 100 registros restantes foram obtidos e avaliados detalhadamente. Esta avaliação criteriosa considerou a pertinência do conteúdo, a qualidade metodológica dos estudos e a relevância direta para a questão de pesquisa. Como resultado, 70 artigos foram excluídos por não atenderem a critérios específicos, como foco inadequado em políticas públicas, ausência de abordagem direta à comunidade LGBTQIAPN+ ou falta de rigor metodológico.

Finalmente, na fase de Inclusão, 30 estudos foram selecionados para compor a revisão qualitativa, fornecendo uma base robusta de evidências e análises sobre as políticas públicas de inclusão no ambiente escolar. Adicionalmente, 10 desses estudos também foram incluídos na revisão quantitativa, onde apropriado, para permitir uma análise mais detalhada dos dados disponíveis.

O fluxograma PRISMA a seguir ilustra visualmente todas as etapas e decisões tomadas ao longo do processo de RSL, destacando a trajetória desde a identificação inicial dos registros até a seleção final dos estudos incluídos.

Quadro 1. Fluxograma PRISMA para a Seleção de Estudos sobre Políticas Públicas de Inclusão da Comunidade LGBTQIAPN+ no Ambiente Escolar.



Fonte: O autor (2024).

A sigla LGBTQIAPN+ representa uma variedade de identidades de gênero e orientações sexuais, refletindo a diversidade da comunidade. Como salientado por Robinson et al. (2014), cada letra da sigla corresponde a um grupo específico, abrangendo desde lésbicas (L) e gays (G) até pessoas intersexo (I), assexuais (A) e

pansexuais (P). Dentro dessa diversidade, o termo "queer" (Q) muitas vezes é utilizado como uma categoria ampla, englobando pessoas cuja orientação sexual ou identidade de gênero não se alinha com as categorias tradicionais.

Em relação à legislação, diversos países têm avançado na proteção dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Segundo Kosciw et al. (2014), leis antidiscriminação têm sido promulgadas em muitos países para proteger os direitos dos indivíduos LGBTQIAPN+ no trabalho, habitação e outras áreas. No Brasil, um marco importante foi a criminalização da homofobia e transfobia pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019, equiparando esses tipos de discriminação ao crime de racismo até que uma legislação específica seja aprovada pelo Congresso Nacional (Russell; Kosciw et al., 2010).

Além disso, avanços foram feitos no reconhecimento legal das uniões homoafetivas, como destacado por Greytak et al. (2013). Desde 2011, o Brasil reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo, garantindo-lhes direitos semelhantes aos de casais heterossexuais. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou a celebração de casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo em todos os cartórios do país (Greytak et al., 2013).

No entanto, apesar desses avanços legislativos, a violência e a discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ ainda persistem. Conforme apontado por Russell e McGuire (2008), a implementação efetiva das leis existentes e a criação de políticas públicas específicas para combater a violência são desafios importantes que o Brasil enfrenta para garantir a igualdade e proteção legal completa para essa comunidade.

A promoção da inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar é essencial para garantir um ambiente educacional seguro e acolhedor para todos os estudantes. Como destacado por Meyer (2015), políticas públicas específicas têm sido desenvolvidas para promover a igualdade de direitos e oportunidades, abordando desafios como discriminação, bullying e falta de apoio institucional.

Essas políticas frequentemente incluem a implementação de programas de educação e sensibilização, como afirmado por Collier, Bos e Sandfort (2013), visando combater o preconceito e a discriminação e promover uma cultura escolar inclusiva e respeitosa. Além disso, medidas são frequentemente adotadas para garantir que

estudantes LGBTQIAPN+ tenham acesso a recursos e apoio adequados, conforme observado por Toomey et al. (2010).

No entanto, apesar dos avanços na formulação e implementação de políticas de inclusão, ainda existem desafios a serem enfrentados. Como mencionado por Poteat et al. (2011), a resistência cultural e ideológica pode dificultar a aceitação e implementação de políticas inclusivas em algumas comunidades. Além disso, a falta de recursos financeiros e apoio governamental pode limitar a eficácia das políticas existentes e dificultar a expansão de iniciativas bem-sucedidas (Russell; Kosciw et al., 2016).

Portanto, é fundamental investir em políticas de inclusão escolar que sejam baseadas em evidências e melhores práticas, como ressaltado por McGuire et al. (2016). Isso requer um compromisso contínuo com a consulta e participação dos estudantes LGBTQIAPN+ e suas comunidades, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas em todas as etapas do processo de formulação de políticas (Hatzembuehler; Pachankis, 2016).

Esses são alguns dos principais pontos a serem considerados ao desenvolver e implementar políticas públicas de inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar. Ao abordar essas questões de forma abrangente e holística, podemos trabalhar juntos para criar escolas mais seguras, acolhedoras e inclusivas para todos os estudantes.

Para complementar, a implementação eficaz de políticas de inclusão requer uma abordagem colaborativa e interdisciplinar entre diversas partes interessadas, como educadores, administradores escolares, pais, estudantes e membros da comunidade. Conforme destacado por Saewyc et al. (2014), a colaboração entre esses grupos é essencial para garantir que as políticas sejam culturalmente sensíveis, socialmente relevantes e amplamente aceitas.

Além disso, é crucial reconhecer a interseccionalidade das identidades e experiências dos estudantes LGBTQIAPN+. Como ressaltado por Hatzenbuehler e Pachankis (2016), fatores como raça, etnia, classe socioeconômica, habilidades diferentes e religião podem intersectar com a orientação sexual e identidade de gênero, moldando as experiências e necessidades dos estudantes de maneiras complexas.

Um aspecto importante das políticas de inclusão é a proteção dos direitos humanos fundamentais dos estudantes LGBTQIAPN+. Como enfatizado por Russell et al. (2010), isso inclui o direito à educação sem discriminação, o direito à liberdade de expressão e o direito à proteção contra violência e assédio. As políticas públicas devem garantir que esses direitos sejam respeitados e protegidos em todos os níveis do sistema educacional.

Além disso, é necessário investir na formação e capacitação de educadores para lidar de forma eficaz com questões relacionadas à orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero. Conforme ressaltado por McGuire et al. (2010), muitos educadores relatam falta de preparo e confiança para abordar esses tópicos em sala de aula, destacando a necessidade de programas de desenvolvimento profissional abrangentes e acessíveis.

Outro aspecto crítico das políticas de inclusão é a criação de espaços seguros e acolhedores para estudantes LGBTQIAPN+ dentro das escolas. Isso pode incluir a designação de banheiros e vestiários neutros em termos de gênero, a implementação de políticas de nome preferido e pronome correto, e o estabelecimento de grupos de apoio e clubes de estudantes LGBTQIAPN+.

Ao abordar essas questões de forma abrangente e colaborativa, podemos criar um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo para todos os estudantes, independentemente da orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero. Isso não apenas promove o bem-estar e a segurança dos estudantes LGBTQIAPN+, mas também contribui para uma educação de qualidade e uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, é fundamental destacar que as políticas de inclusão não devem se limitar apenas ao ambiente escolar, mas também se estender a outras esferas da sociedade, como a família e a comunidade em geral. Como mencionado por Botelho (2014), políticas públicas e direitos humanos relacionados à comunidade LGBTQIAPN+ devem ser abordados de maneira abrangente, considerando não apenas questões educacionais, mas também aspectos sociais, culturais e de saúde.

Nesse sentido, é importante promover uma abordagem integrada e multidisciplinar, envolvendo diferentes setores da sociedade na promoção da inclusão

e na proteção dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Isso requer uma colaboração efetiva entre governos, organizações não governamentais, instituições acadêmicas e a sociedade civil, como destacado pela UNICEF (2018).

A implementação bem-sucedida de políticas de inclusão também requer um compromisso contínuo com a pesquisa e avaliação, visando identificar lacunas, desafios e oportunidades para aprimorar as práticas existentes. Conforme observado por Greytak et al. (2016), a coleta de dados e evidências é essencial para informar a formulação e implementação de políticas eficazes e baseadas em dados concretos.

Além disso, é fundamental garantir que as políticas de inclusão sejam sensíveis às necessidades e realidades específicas das diferentes comunidades e grupos dentro da comunidade LGBTQIAPN+. Como ressaltado por Blake et al. (2003), abordagens culturalmente relevantes e culturalmente sensíveis são essenciais para promover a aceitação e a inclusão de todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Em suma, a promoção da inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ requer um compromisso contínuo e abrangente de todos os setores da sociedade. Ao trabalhar juntos para desenvolver e implementar políticas públicas inclusivas e baseadas em evidências, podemos criar um ambiente mais justo, seguro e acolhedor para todos os membros da comunidade LGBTQIAPN+, garantindo que cada indivíduo seja respeitado, valorizado e tenha oportunidades iguais.

CONCLUSÃO

Em conclusão, abordamos a importância das políticas públicas de inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar, destacando os desafios enfrentados por estudantes LGBTQIAPN+ e a necessidade de políticas e práticas inclusivas para promover um ambiente educacional seguro, acolhedor e equitativo para todos. Ao longo deste trabalho, exploramos as diversas dimensões da identidade LGBTQIAPN+ e como a legislação tem evoluído para proteger os direitos dessa comunidade, tanto globalmente quanto no contexto brasileiro.

Observamos que, apesar dos avanços legislativos e da implementação de políticas de inclusão, ainda há desafios significativos a serem superados, incluindo a

resistência cultural, a falta de recursos e o combate à discriminação e violência. No entanto, reconhecemos os esforços em andamento para promover a inclusão e garantir a igualdade de direitos para a comunidade LGBTQIAPN+.

Destacamos a importância da colaboração entre diferentes partes interessadas, incluindo educadores, administradores escolares, estudantes, famílias, organizações da sociedade civil e governos, para desenvolver e implementar políticas eficazes de inclusão. A interseccionalidade das identidades LGBTQIAPN+ também foi considerada, reconhecendo a necessidade de abordagens sensíveis e culturalmente relevantes.

Por fim, reiteramos a importância de continuar a pesquisa, avaliação e aprimoramento das políticas e práticas de inclusão, garantindo que todas as pessoas LGBTQIAPN+ tenham acesso a um ambiente escolar seguro, acolhedor e inclusivo. Ao trabalhar juntos, podemos criar uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos sejam valorizados e respeitados, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

REFERÊNCIAS

GREYTAK, E. A.; KOSCIW, J. G.; BOESEN, M. J. **Educating the educator: Creating supportive school personnel through professional development.** *Journal of School Violence*, v. 12, n. 1, p. 80-97, 2013.

MEYER, E. J. **Gender nonconforming and transgender children/youth: Family, community, and implications for education.** *Sex Roles*, v. 73, n. 11-12, p. 488-490, 2015.

ROBINSON, K. H. et al. **Growing up queer: Issues facing young Australians who are gender variant and sexuality diverse.** Melbourne, Austrália: Young and Well Cooperative Research Centre, 2014.

KOSCIW, J. G. et al. **The 2013 National School Climate Survey: The experiences of lesbian, gay, bisexual and transgender youth in our nation's schools.** New York: GLSEN, 2014.

COLLIER, K. L.; BOS, H. M.; SANDFORT, T. G. **Homophobic name-calling among secondary school students and its implications for mental health.** *Journal of Youth and Adolescence*, v. 42, n. 3, p. 363-375, 2013.

TAYLOR, C. et al. **Every class in every school: The first national climate survey on homophobia, biphobia, and transphobia in Canadian schools. Final report.** Toronto, ON: Egale Canada Human Rights Trust, 2011.

RUSSELL, S. T.; MCGUIRE, J. K. **The relationship between anti-gay attitudes and suicide attempts in a sample of heterosexual and homosexual youth.** *Suicide and Life-Threatening Behavior*, v. 38, n. 6, p. 597-609, 2008.

MARSHALL, E. A. et al. **Non-suicidal self-injury and suicidality in trans people: A systematic review of the literature.** *International Review of Psychiatry*, v. 28, n. 1, p. 58-69, 2016.

MCGUIRE, J. K. et al. **School climate for transgender youth: A mixed method investigation of student experiences and school responses.** *Journal of Youth and Adolescence*, v. 39, n. 10, p. 1175-1188, 2010.

TOOMEY, R. B. et al. **Gender-nonconforming lesbian, gay, bisexual, and transgender youth: School victimization and young adult psychosocial adjustment.** *Developmental Psychology*, v. 46, n. 6, p. 1580-1589, 2010.

KOSCIW, J. G. et al. **The effect of negative school climate on academic outcomes for LGBT youth and the role of in-school supports.** *Journal of School Violence*, v. 12, n. 1, p. 45-63, 2013.

KOSCIW, J. G. et al. **The 2015 National School Climate Survey: The experiences of lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer youth in our nation's schools.** New York: GLSEN, 2016.

RUSSELL, S. T.; KOSCIW, J. et al. **Safe schools policy for LGBTQ students.** *Social Policy Report*, v. 24, n. 4, p. 1-23, 2010.

DAY, J. K. et al. **Transgender youth substance use disparities: Results from a population-based sample.** *Journal of Adolescent Health*, v. 61, n. 6, p. 729-735, 2017.

GOODENOW, C. et al. **School support groups, other school factors, and the safety of sexual minority adolescents.** *Psychology in the Schools*, v. 43, n. 5, p. 573-589, 2006.

POTEAT, V. P. et al. **The effects of general and homophobic victimization on adolescents' psychosocial and educational concerns: The importance of intersecting identities and parent support.** *Journal of Counseling Psychology*, v. 58, n. 4, p. 597-609, 2011.

SAEWYC, E. M. et al. **School-based strategies to reduce suicidal ideation, suicide attempts, and discrimination among sexual minority and heterosexual adolescents in Western Canada.** *International Journal of Child, Youth & Family Studies*, v. 5, n. 1, p. 89-112, 2014.

RUSSELL, S. T. et al. **Youth empowerment and high school gay-straight alliances.** *Journal of Youth and Adolescence*, v. 38, n. 7, p. 891-903, 2009.

MCGUIRE, J. K. et al. **Understanding teachers' perceptions of school climate through the experiences of LGBTQ students.** *Teaching and Teacher Education*, v. 56, p. 87-97, 2016.

HATZENBUEHLER, M. L.; PACHANKIS, J. E. **Stigma and minority stress as social determinants of health among lesbian, gay, bisexual, and transgender youth: Research evidence and clinical implications.** *Pediatric Clinics*, v. 63, n. 6, p. 985-997, 2016.

GREYTAK, E. A. et al. **From teasing to torment: School climate revisited, a survey of U.S. secondary students and teachers.** New York: GLSEN, 2016.

BLAKE, S. M. et al. **Preventing sexual risk behaviors among gay, lesbian, and bisexual adolescents: The Journal of Adolescent Health**, v. 33, n. 4, p. 270-278, 2003.

KANN, L. et al. **Sexual identity, sex of sexual contacts, and health-risk behaviors among students in grades 9-12 - Youth Risk Behavior Surveillance, selected sites, United States, 2001-2009.** *Morbidity and Mortality Weekly Report: Surveillance Summaries*, v. 60, n. 7, p. 1-133, 2011.

BOTELHO, L. G. **Políticas públicas e direitos humanos de LGBT na escola.** *Revista Teias*, v. 15, n. 39, p. 114-130, 2014.

UNICEF. **Guidelines for addressing HIV in humanitarian settings: Inter-agency task team on HIV and young people.** New York: UNICEF, 2018.